

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO  
ASSUNTO: CONTAS ANUAIS  
EXERCÍCIO: 2022  
RESPONSÁVEL: SR. LAERTE SONSIN JUNIOR  
PERÍODO: 01/01 a 31/12/2022.

SENHORA ASSESSORA PROCURADORA-CHEFE,

Tramitam os autos por esta Assessoria para manifestação acerca da documentação encartada, decorrente da Notificação expedida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Relator, nos termos do artigo 29, da Lei Complementar 709/93 (Evento 45.1).

Fiscalização de UR-09, em seu bem elaborado relatório (Evento 41.46) apontou irregularidades, quer de caráter formal, ou mesmo de infringência a normas legais.

De plano, registramos a síntese de percentuais apurados pelos Órgãos instrutivos durante inspeção "in loco", a saber:

ITENS	
CONTROLE INTERNO	Parcialmente regular
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício ( <i>superávit</i> )	7,06%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	3,99%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim



ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA  
ATJ



ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado*
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	Sim
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	39,45%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I e III, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da CF (limite mínimo de 25%)	26,96%

ITENS	
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100,00%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Prejudicado
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	95,44%
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicado em educação infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	28,55%

\* O Município não conta com Regime Próprio de Previdência Social.

Como se depreende do Quadro acima foi atendido o que determina o artigo 212, da Constituição Federal (aplicação mínima de 25% da receita resultante de Impostos no Ensino), bem como ao inciso XII, do artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 26, da Lei 14.113/2020 (aplicação mínima de 70% do FUNDEB na remuneração dos profissionais do Magistério), bem como, 100% desses repasses no próprio exercício.

De igual modo, as Despesas com Pessoal não ultrapassaram o limite de que trata o artigo 20, inciso II, "b", da Lei Complementar 101/00 (54%), ou seja, corresponderam a 39,45% de suas Receitas Correntes Líquidas.

Quanto às irregularidades apuradas pela Fiscalização de UR-09 e, sob os aspectos de nossa alçada, temos a destacar:

## FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

<b>Mês: março</b>	<b>Tema: Resíduos Sólidos</b>
<b>Fiscalização Ordenada nº</b>	<b>01/2022</b>
<b>TC e evento da juntada</b>	TC-007195.989.22-3 - Evento 11
<b>Irregularidades remanescentes:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Município não instituiu a cobrança de taxa ou tarifa decorrente da prestação de serviços de limpeza urbana de manejo de resíduos sólidos, em desconformidade ao art. 35 da Lei 11.445/07;</li> <li>Os resíduos sólidos (lodos) gerados na Estação de Tratamento de Água (ETAs) são depositados indevidamente em corpos hídricos;</li> <li>Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde).</li> </ul>

<b>Mês: agosto</b>	<b>Tema: Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares</b>
<b>Fiscalização Ordenada nº</b>	<b>03/2022</b>
<b>TC e evento da juntada</b>	TC-007195.989.22-3 - Evento 34
<b>Irregularidades remanescentes:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Monitor de Transporte Escolar não estava uniformizado ou identificado por meio de crachá;</li> <li>Não havia AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada;</li> <li>Foram verificadas as seguintes desconformidades aparentes na quadra: ninhos de pombos na estrutura da cobertura, implicando na presença de fezes de pombos no piso em alguns pontos isolados;</li> <li>Não há registro sobre a última fiscalização do CAE – Conselho de Alimentação Escolar na escola;</li> <li>A escola não possui laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos.</li> </ul>

## 1. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Em que pesem as considerações da Origem (Evento 112.1) quanto a eficiência de seu Controle Interno, propomos recomendação para que adote providências, visando a atender integralmente o artigo 66, das Instruções 01/2020 desta Corte de Contas.

## **. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)**

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Planejamento	C	B+	C	C

- As audiências públicas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas), o que dificulta a participação da classe trabalhadora (Questão nº 1.3 do i-Plan);

- Para a elaboração do diagnóstico municipal não é levado em conta nenhum plano do governo federal ou estadual (Questão nº 2.2 do i-Plan);

- Nem todos os programas do PPA tiveram um estudo para elaboração/definição das ações, metas e indicadores, o que dificulta o atendimento do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Questão nº 6.0 do i-Plan);

- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação (Questão nº 12.1 do i-Plan).

## **. ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)**

Segundo UR-09, não foram apuradas ocorrências dignas de nota.

## **. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)**

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Educ	C	C+	C+	C

- A Prefeitura não utilizou nenhum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos nos Anos Iniciais, o que dificulta o atingimento da Meta 5 e a Estratégia 7.33 do Plano Nacional de Educação – PNE (Questão nº 3.10 do i-Educ);

- Menos de 25% dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2022, referente a Meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE (Questões nºs E3.10 e E3.1 do i-Educ);

- De 15 estabelecimentos de ensino municipal, 10 necessitavam de reparos (Questão nº 5.0 do i-Educ), tal situação assevera o anotado no item A.4. Fiscalizações Ordenadas do Período;

- A Prefeitura não atingiu a meta do IDEB para os Anos Iniciais (1º ao 5º ano) no ano da última avaliação (Questão nº E3.13.1 do i-Educ).

#### **. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)**

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Saúde	C+	B	C	C

- Nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) foram atingidas, comprometendo a eficácia das ações governamentais (Questão nº 1.0 do i-Saúde);

- A aprovação da Programação Anual de Saúde de 2022 pelo Conselho Municipal da Saúde ocorreu após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022 pela Câmara Municipal (Questão nº 5.0 do i-Saúde);

- Nem todas as ações previstas na Programação Anual de Saúde de 2022 foram executadas, evidenciando fragilidade no planejamento e execução das intenções expressas no Plano de Saúde, contrariando o artigo 4º da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.135, de 25 de setembro de 2013 (Questões nºs 5.1 e nº 5.2 do i-Saúde);

- Não houve treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde (Questão nº 7.0 do i-Saúde);

- Nenhuma unidade de saúde possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros e nove necessitavam de reparos (Questão nº 13.0 do i-Saúde);



- Nem todos os serviços assistenciais ofertados pelo Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Unidades de Acolhimento (vagas) estavam disponibilizados no sistema de regulação municipal, em desacordo com o inciso III do artigo 3º, inciso VIII do artigo 4º e § 2º do artigo 8º do Anexo V da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 03, de 28 de setembro de 2017 (Questão nº 24.5.3 do i-Saúde);

- A quantidade de vagas ofertadas pelos CAPS não era suficiente para a demanda da população que apresenta prioritariamente, intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas, contrariando o artigo 1º e artigo 2º, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001 (Questão nº 24.5.4 do i-Saúde);

- Não houve controle de absenteísmo de consultas médicas nem de exames médicos, da Atenção Primária e da média complexidade (Questões nºs 19.0, nº 20.0, nº 22.4 e nº 22.5 do i-Saúde);

- Houve itens com desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês, contrariando o artigo 98 do Anexo XXVIII da Portaria de Consolidação nº 2 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017 (Questão nº 43 do i-Saúde);

- Em 2022, a Prefeitura Municipal não atingiu a meta de cobertura<sup>8</sup> das seguintes vacinas:

- 2ª dose da VORH: 85,39%
- 3ª dose de Hepatite B: 82,35%
- 2ª dose de Meningocócica C: 86,55%
  
- 3ª dose da Vacina Pentavalente: 82,35%
- 2ª dose da Vacina Pneumocócica 10-valente: 85,03%
- 3ª dose da Vacina Poliomielite: 90,66%
- Febre Amarela: 61,59%
- Vacina Tríplice Viral: 92,33%

- Vacina contra Hepatite A: 81,50%
- Vacina Tetra Viral: 19,17 %

## EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Amb	B	B+	B+	B

### - Nem todas as metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de

Resíduos Sólidos foram cumpridas dentro do prazo (Questão nº 9.4.3 do i-Amb);

- A Prefeitura não possuía Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11, da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 307, de 5 de julho de 2002 (Questão nº 12.0 do i-Amb);

- A Prefeitura informou que existem 26 pontos de descarte irregular de lixo, os quais, potencialmente, contaminam águas e solos com substâncias tóxicas, atraindo insetos como moscas, baratas, mosquitos etc., que podem aumentar a incidência de enfermidades, tais como Dengue, Zika, Chikungunya, Febre Amarela etc. Além disso, é crime ambiental a prática de descarte irregular de lixo, conforme o artigo 54, da Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Questão nº 15.0 do i-Amb), tal situação assevera o anotado no item A.4. deste relatório.

## . EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)

- A Prefeitura não possuía um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Assunto também abordado pelo passo 5 do Programa Cidades Resilientes da ONU, programa em que o município realizou adesão (Questão nº 8.0 do i-Cidade);

- Nem todo calçamento público possuía acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, contrariando o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 e os artigos 46 e 53 da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Questão nº 13.0 do i-Cidade);

- Nem todas as vias públicas pavimentadas estavam devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação, contrariando o disposto no artigo 88 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) (Questão nº 14.0 do i-Cidade);

- Nem todas as vias públicas no Município tinham manutenção adequada, contrariando as normas do Manual de Pavimentação e Manual de Restauração Pavimentos Asfálticos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (Questão nº 15.0 do i-Cidade).

## EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Gov-TI	B+	C+	C+	B

- Ausência de Política de Segurança da Informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório (Questão nº 3.0 do i-Gov TI);

- O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI não está disponível nem acessível na *internet*, o que compromete a transparência tratada

no artigo 6º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Questão nº 2.1 do i-Gov TI);

- Não regulamentação do tratamento de dados pessoais segundo a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD - Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Questão nº 10.0 do i-Gov TI);

- A Prefeitura informou que pede o motivo da solicitação de informação de interesse público, o que está em desacordo com o Artigo 3º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Questão nº 7.3 do i-Gov TI).



## I. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	4.443	4845	2825	3070	1618	1775
Em comissão	17	107	17	89		18
Total	4460	4952	2842	3159	1618	1793
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados	156		185		206	

Por meio da Lei Municipal 3.977/2022 a Prefeitura realizou reforma administrativa, cuja análise e seus efeitos poderão ser verificados em próxima fiscalização.

### PAGAMENTO DE “GRATIFICAÇÃO AUDESP”:

Em que pesem os Pagamentos das Gratificações a muitos de seus servidores estarem fundamentados em legislação municipal vigente, propomos recomendação ao Executivo Municipal para que adote medidas visando estabelecer critérios mais objetivos e individualizados a esses benefícios, nos termos apontados UR-09 (Evento 41.46).

### PAGAMENTO RECORRENTE DE HORAS EXTRAS:

A exemplo do item anterior, apesar das justificativas encaminhadas (Evento 60.1), necessária recomendação ao Executivo local para que aprimore o sistema de controle de realização de horas-extras e adequação de seu quadro funcional a fim de atender os limites impostos pela própria legislação que regulamenta a matéria.

## **A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL**

- A Prefeitura não dispõe de Política de Segurança da Informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório, o que dificulta o cumprimento do artigo 25 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. A Política de Segurança da Informação visa a proteção e gestão da informação direcionando as condutas de todos os usuários e técnicos da entidade. A norma ABNT NBR ISO/IEC 27002 - Seção 5 recomenda a criação deste documento (Questão nº 3.0, do i-Gov TI);

- O *site* da Prefeitura Municipal não disponibiliza as perguntas e respostas mais frequentes da sociedade, contrariando o artigo 8º, § 1º, inciso VI, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Questão nº 6.5, do i-Gov TI);

- O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI não está disponível nem acessível na *internet*, o que compromete a transparência tratada no artigo 6º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Questão nº 2.1 do I-Gov TI);

- A Prefeitura informou que pede o motivo da solicitação de informação de interesse público, o que está em desacordo com o Artigo 3º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Questão nº 7.3 do I-Gov TI).

### **. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

- Foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audesp/IEG-M.

ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

Exercício 2017	TC 006911.989.16-8	DOE 20/03/2019	Data do Trânsito em Julgado 06/05/2019
<ul style="list-style-type: none"> <li>Adote medidas concretas para o efetivo funcionamento do Sistema de Controle Interno (vide item A.5. do presente relatório);</li> </ul>			

<ul style="list-style-type: none"> <li>Observe os limites legais para gastos com parceria público-privada (vide item C.2.1. do presente relatório);</li> <li>Sane as diversas falhas verificadas no tocante ao ensino, notadamente no que se refere à insuficiência de vagas nas creches municipais (vide item B.3 do presente relatório);</li> <li>Atenda as disposições contidas nas Instruções e recomendações desta Casa (vide anotações no presente item);</li> <li>Evite que as impropriedades anotadas na instrução processual voltem a ocorrer (vide anotações no presente item, bem como ao longo deste relatório).</li> </ul>
---

Exercício 2018	TC 004668.989.18-9	DOE 15/04/2020	Data do Trânsito em Julgado 24/06/2020
<ul style="list-style-type: none"> <li>Atenda a demanda reprimida de crianças que necessitam de vagas no ensino infantil (vide item B.3. do presente relatório);</li> <li>Regularize as inadequações constatadas na área de educação pública do Município (vide item B.3. do presente relatório);</li> <li>Providencie os devidos reparos nos prédios que abrigam suas Unidades de Saúde (vide item B.4 do presente relatório);</li> <li>Aprimore as peças orçamentárias e reestruture o setor de planejamento municipal (vide item B.1. do presente relatório);</li> <li>Se adeque aos limites estipulados para gastos com PPPs (vide item C.2.1. do presente relatório).</li> <li>Cumpra as instruções, recomendações e determinações do Tribunal de Contas (vide anotações no presente item).</li> </ul>			
<p><u>Recomendações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Assegure a fidedignidade e tempestividade da transmissão de dados ao Sistema Audesp (vide item E.2. do presente relatório);</li> <li>Reestruture o setor de transporte escolar municipal, de modo a garantir a integridade física de seus usuários (vide item A.4, do presente relatório).</li> </ul>			

A Assessoria Técnica pertinente (ATJ-CAL / Evento 70.1), ao analisar os aspectos de sua alçada, inclusive, quanto aos IEG-M apurado nas áreas de EDUCAÇÃO e SAÚDE, opina favoravelmente às contas aqui tratadas.

De igual modo, a Assessoria Técnica precedente (ATJ-ECO / Evento 76.1) não vislumbrou qualquer óbice à aprovação das presentes contas.

SÉRIE HISTÓRICA DE CLASSIFICAÇÃO NO ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA  
GESTÃO MUNICIPAL (IEG-M)

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
<b>IEG-M</b>	<b>C+</b>	<b>B</b>	<b>C+</b>	<b>C+</b>
i-Planejamento	C	B+	C	C
i-Fiscal	B	B+	B	B
i-Educ	C	C+	C+	C
i-Saúde	C+	B	C	C
i-Amb	B	B+	B+	B
i-Cidade	A	A	B+	B
i-Gov-TI	B+	C+	C+	B

Nesse contexto, somos S.M.J., pela EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO, relativas às contas de 2022, sem embargo, contudo, das RECOMENDAÇÕES sugeridas.

É o nosso posicionamento.

ATJ, 10 de abril de 2024.

SÉRGIO FORTUNA JARRA

Assessoria Técnica